



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12-09-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Declaro abertos os trabalhos da audiência pública da Comissão de Administração Pública.

Fazem parte da Comissão de Administração Pública os Srs. Vereadores Alfredinho, David Soares, Marquito, Atílio Francisco, Coronel Camilo, Mario Covas Neto e este Vereador. Presente o nobre Vereador Jean Madeira, representando a Comissão Ordinária de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública foi convocada através do requerimento 15/2013, do Vereador Mario Covas Neto, aprovado na reunião ordinária de 10 de abril próximo passado, com a finalidade de discutir o PL 415/2012, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo, para o decênio 2011/2020, tendo como tema para discussão a valorização dos profissionais de Educação, gestão, financiamento e qualidade da Educação, Ensino Fundamental, atendimento, alfabetização, Educação Integral, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e superação do analfabetismo, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação Superior, assim como Educação Inclusiva, Educação Ambiental e desigualdades e diversidades.

Esta é a 5ª audiência pública ao PL 415/2012. Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial* desde o início de setembro até a presente data, no jornal *O Diário de São Paulo*, dia 09 de setembro e na *Folha de São Paulo*, dia 10 de setembro.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Antonio Callegari, Secretário Municipal de Educação, que até o momento não chegou; Herman Jacobus, Secretário de Estado da Educação, também não chegou; Rosania Morales Morroni, Subsecretária de Articulação Regional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; João Paulo Faustinoni e Silva, Promotor do Grupo de Atuação Especial da Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo; Fernanda Beatriz Gil da Silva Lopes, Promotora da Justiça da Infância e Juventude; Eduardo Dias de Souza Ferreira, Secretário da Promotoria da Justiça da

Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e Juventude, OAB; Marcos da Costa, Presidente da OAB; Diretores de Ensino do Município de São Paulo, Professor André Luiz Bafume do Butantã, Professor Marcelo Alves Nishikata, Capela do Socorro, Professor Alexandre da Silva Cordeiro, Campo Limpo e todos os demais, pertencentes aos distritos de Penha, Pirituba, São Mateus, São Miguel, Freguesia do Ó, Guaianases, Ipiranga, Itaquera, Jaçanã, Tremembé. Ainda: Guiomar Namó de Mello, Presidente do Conselho Estadual de Educação; Rudinéia Alves Arantes, Coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares; Lualinda Silva de Toledo, da Comissão de Educação do Conselho Tutelar; Solange Agda da Cruz de Paula Pinto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sindicatos. Professor Ismael Nery Palhares, do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo; professor Cláudio Fonseca, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal de São Paulo - Sinpeem; professor João Alberto Rodrigues, Presidente dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal – Sinesp.

Associações. Professor Neivaldo Augusto Zovico, Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis; Ricardo Izídio de Oliveira, Presidente da Associação de Surdos de São Paulo; Ananda Grinkraut e Lindalva Feitosa Oliveira, do Grupo de Trabalho de Educação da Rede Nossa São Paulo.

Presentes, ainda, os Vereadores já anunciados e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Informo que o nobre Vereador Mario Covas Neto abriu mão da relatoria para elaboração do parecer, e a Comissão indicou o nobre Vereador Coronel Camilo, que será o relator nas audiências públicas e, ao final, redigirá o parecer, que voltará à Comissão para discussão e votação.

Conforme solicitação, temos, presentes os intérpretes de Libras Wesley Malta e Karen Galo para colaborar conosco.

Também conforme solicitação por escrito das associações e sindicatos, assumimos essa responsabilidade de requerer o projeto, tendo em vista que ele estava parado nesta Casa. Foi solicitada, naquela oportunidade, a realização de 12 audiências públicas, mas conversamos com os interessados e reduzimos para 6 audiências públicas.

No ano passado, já haviam sido realizadas 3 audiências públicas na Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Conforme calendário, foi solicitada ao Ministério Público informação sobre o porquê de estarmos realizando audiência pública – a qual é regimental. Informamos àquele órgão que iríamos fazer as audiências públicas até dia 5 de outubro – quando ocorrerá a última audiência – e, em seguida, faremos relatório e o encaminharemos para a próxima reunião.

---

Esta Comissão é imparcial em relação a esse parecer, a esse relatório. Esta é, inclusive, uma oportunidade para que o segmento apresente subsídios para o relator, para elaborar um parecer condizente com aquilo que interessa a vocês. Nós não estamos aqui para copiar ou receber coisas do governo para colocar e criar no parecer. Essa não é nossa pretensão, jamais faríamos isso. Então, acho uma oportunidade ímpar para todas as organizações, entidades, ONGs, os sindicatos, que estão realmente preocupados com a questão, de apresentar documentos.

Posteriormente, a Comissão defenderá os interesses daqueles que apresentarem documentos. E, se ninguém apresentar nada, faremos o relatório baseado no que vocês relataram aqui.

Às vezes, pessoas que não estão acostumadas com o que acontece nesta Casa ficam indignadas, mas estou aqui há seis mandatos e um detalhe a mais, ou a menos, não quer dizer nada para mim. Somos das grandes lutas dos movimentos sociais da época de 70, 80, 90, e estamos acostumados.

Tem a palavra o nobre Vereador Jean Madeira.

**O SR. JEAN MADEIRA** – Quero parabenizar V.Exa., em primeiro lugar, e cumprimentar o nobre Vereador Coronel Camilo, toda a assessoria que está aqui trabalhando conosco e todas as pessoas presentes.

É superimportante que venhamos a discutir assuntos como esse de tal relevância para o bem estar da nossa juventude, nossas crianças e a educação da cidade de São Paulo.

Representando aqui a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sinto-me à vontade e também lisonjeado de poder ouvir e levar isso para o Presidente Reis e também a todos os que integram a Comissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Agradecemos ao nobre Vereador Jean Madeira. Encaminhamos um ofício a Comissão de Educação para participar conosco das audiências públicas.

Registro a presença da Sra. Nanda Gricast(?); Andrea Aitá(?), representando o Professor Ismael Nery Palhares Junior, Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais.

Tem a palavra o nobre Vereador Coronel Camilo.

**O SR. CORONEL CAMILO** – Sr. Presidente, nobre Vereador Jean Madeira, todos os presentes na plateia, vejo aqui uma grande oportunidade de contribuirmos para melhorar a educação, pois acho que por meio dela mudaremos esse país.

E fico muito honrado de ter sido convidado para ser o Relator desta Comissão. Procurarei agregar valor ao máximo a esse trabalho, e quando isso passar pela Comissão de Educação, que também está discutindo o assunto, que nunca venhamos a perder o foco do aluno.

Se eu puder dar uma sugestão, vamos trabalhar muito na parte fundamental. Trabalhei na Polícia Militar há 33 anos, onde instituímos um projeto chamado Proerd, que

trabalha exatamente com as crianças de até 12 anos, e vi a importância dessa fase na educação das pessoas.

É naquele momento que se forma o caráter e a personalidade da pessoa, então, é quando devemos ter professores mais bem pagos. Não estou desmerecendo nenhum professor, mas acho que é nesse momento que devemos trabalhar com muita propriedade: na formação do caráter das pessoas. Isso evitará muitos problemas no futuro.

Nunca devemos nos esquecer de que o foco é o aluno. É lógico que devemos agregar valor também aos professores, aos pais, que participam e influenciam na educação da criança. Tenho ouvido muito falar que a escola não se preocupa muito com a criança porque a educação dela vem de família.

Acho que não é por aí, ou seja, se por acaso a família não conseguiu fazer o seu papel, vamos nós, na escola, tentar fazer o melhor possível para formar essas pessoas que serão o futuro da Nação.

Acredito muito na Educação porque os seus reflexos estamos vendo na sociedade. Vamos melhorar o máximo que pudermos, contem comigo para agregar valor. As sugestões são muito bem-vindas na Comissão de Administração Pública.

Vou procurar ser o mais fiel para que o relatório agregue informações para que quem for mexer nisso, na sequência, consiga fazer o melhor.

Obrigado, Presidente.

Fico honrado com o convite.

Conte comigo.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Vamos abrir a palavra aos presentes. O primeiro inscrito é Mauro Alves da Silva, Movimento COEP. Não vamos estabelecer um tempo, mas peço sejam sucintos porque há muitos inscritos.

Antes, porém, registro a presença do Vereador Alfredinho, membro da Comissão.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** – Sou da comunidade De Olho na Escola

Pública e do Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Esse fórum existe há 20 anos e não confunde com o fórum chapa-branca criado pelo Secretário de Educação, mediante portaria, no qual ele se autodenominou coordenador.

Chamo a atenção porque o Movimento de Olho na Escola Pública já participou de todas as audiências do PL 415/12. Já entregamos nossa posição para o antigo relator, Vereador Mario Covas, e cumprimento o novo relator, Vereador Coronel Camilo, foi o primeiro que começou falando dos alunos, que a prioridade é o aluno. Tudo mais é acessório. A escola existe em função do aluno, caso não haja, não é preciso escola.

Então, o Movimento de Olho na Escola Pública sempre está defendendo a questão democrática, esse é o nosso tema, inclusive com a garantia da participação dos pais, mães, comunidade na gestão da escola. E a nossa proposta é sempre priorizar a gestão democrática dos conselhos de escolas e não a prática atual, pois a eleição é feita a bico de pena, a direção escolar pega a laço algumas pessoas no primeiro dia de aula, cria um conselho de escola viciado que prejudica todo o seu andamento, ao longo do tempo.

Queria chamar a atenção dos presentes, dos Vereadores, do pessoal da Internet que está acompanhando, que das várias audiências que participamos, aliás, de todas, não veio representante do Executivo, nem do Fernando Haddad nem do Secretário de Educação. É complicado porque o projeto é de iniciativa do Executivo. Eles têm de dizer se aprovam ou porque foi o outro prefeito que encaminhou. Qual é o grave disso, Coronel Camilo? Está circulando na Internet, principalmente, que o Governo está com um novo plano, com o Plano Mais Educação, que está sendo discutindo praticamente só na Internet. Teve uma apresentação na segunda-feira, mas percebemos que vai regredir a Educação em 200 anos porque vai voltar ao sistema de notas, de provas bimestrais, suspensão, expulsão. Só faltou colocar palmatória.

Quero até saber dos Vereadores, talvez, em vez de convidar um representante da Secretaria da Educação, do Prefeito, convocar o Secretário para dizer se está defendendo o PL

415 ou virá outro projeto? De repente estamos perdendo tempo aqui.

Quero dar outra informação porque o novo documento da Secretaria de Educação não faz referência ao PL 415, viu Vereador Gilson? Divulgaram uma minuta com 53 páginas e uma versão sintética com 71 páginas, isto é, 20 páginas a mais. Tivemos a paciência de contar as palavras, por exemplo, mãe aparece zero “vezes”; pai zero “vezes”; alunos, 36 vezes; e professor educador 53 vezes. Quer dizer, mãe e pai são zero. Não fala de grêmio estudantil e palavra “avaliação” aparece 33 vezes. Mas somente “avaliação de aluno”, não tem “avaliação do sistema” nem “avaliação do desempenho dos professores”.

Para finalizar, quero dizer que o nosso movimento vai encaminhar uma proposta para adequar o PL 415 às propostas que defendemos, inclusive incluindo o PL 180/99, Plano Municipal de Educação aprovado por esta Comissão e arquivado pela Casa. Isso foi à época em que a presidente da Comissão de Educação era Ana Quadros, colega de vocês.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Registro a presença de Terezinha Chiappin representando o Prof. Claudio Fonseca e Luís Carlos Guillardini representando o Prof. João Alberto Rodrigues, Presidente do Especialistas na Educação do Ensino Público Municipal.

Tem a palavra Janaina Maudonnet do Fórum Municipal de Educação Infantil.

**A SRA. JANAÍNA MAUDONNET** – Vou falar em nome da Educação Infantil, hoje.

Para contextualizar, o Fórum Municipal de Educação Infantil agrega vários profissionais da Educação, professores, gestores, funcionários em geral, sindicatos, institutos de pesquisa, instituto de formação.

Vimos aqui defender as propostas aprovadas na Conferência Municipal de Educação em 2010. Nela foram levantadas várias propostas para a educação do Município de São Paulo. Muitas delas, melhor, grande parte não foi considerada no Plano Municipal enviado à Câmara Municipal de São Paulo. Defendemos que sejam então consideradas através de substitutivos. E isso principalmente quanto a Educação Infantil. São pouquíssimos os tópicos



que tratam dela e como o próprio Vereador-relator disse de como é importante a educação da criança pequena. Essa importância se dá quando aparece nos documentos oficiais, legislativos, executivos. Por isso estamos defendendo que as propostas sejam incorporadas.

Quanto às propostas fizemos um trabalho de sistematização das propostas da Conferência Municipal de Educação de 2010, o que se tratava de educação infantil. Dividimos então em três grandes itens: Direto à Educação de Qualidade; Gestão Democrática; e Financiamento. Queria ler rapidamente essas propostas visto que foi um processo democrático de participação popular.

Em relação ao Direito à Educação com Qualidade seria:

- Expandir a educação infantil respeitando à proporção criança/adulto e o tamanho do grupo. Considerar que a educação pública é heterogênea e, portanto há que se deixá-la mais justa; aplicando assim o Direito com tratamentos diferentes quando necessário”. Essa discussão é quanto a equidade em contra ponto com a visão de igual oportunidades à todos.

- “Educação infantil como direito ininterrupto dos 0 ao 5 anos, sem fragmentação do atendimento” Aqui está a defesa das instituições para o atendimento de zero a cinco, sem divisão.

- “Ampliação do acesso de forma a universalizar o atendimento da demanda na rede direta, congelamento do número de convênios e investimento na rede direta municipal.

“- Garantia de medidas que efetivem a permanência da criança na instituição (vagas próximas às residências, medidas intersecretariais, relação com as famílias, etc.;

- Possibilidade de atendimento integral e integrado com atendimento à opção da família para o período de permanência”, ou seja, uma opção flexível, em que as crianças não tenham que ficar no período só integral ou parcial, mas que seja uma opção da família;

“- Previsão de período de adaptação necessários às diversas transições que ocorrem na educação infantil e da educação infantil para o ensino fundamental.”

Quanto ao financiamento, o que se defende nesse documento, que são as

propostas aprovadas na conferência:

“- Participação no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, implantação do custo aluno-qualidade. O CAQ deve apontar quanto deveria ser investido anualmente por criança de cada nível e modalidade da educação básica. Cada unidade deve acompanhar os investimentos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para promover autonomia do projeto pedagógico;

– Aumento dos recursos financeiros destinados à educação, de forma que possa ser efetivada as propostas de ampliação da rede e aumento da qualidade no que toca aos projetos pedagógicos e manutenção dos prédios e composição e reposição dos acervos e materiais das unidades, como livros e brinquedos.”

Quanto à gestão democrática, o que se defende no documento:

“- Acesso e permanência garantindo os indicadores de qualidade preconizados pelo Plano Municipal de São Paulo;

- Garantia de mecanismos de participação das famílias, da comunidade e das crianças.”

Temos falado muito pouco da participação das crianças e na área temos estudado como as crianças, desde muito pequeninas, podem participar das decisões que se referem à educação infantil. Lógico que não desse jeito, mas existem mecanismos para se pensar como escutamos as crianças. É preciso garantir mecanismos para que todos possam, de fato, participar.

“- Garantir e considerar a regionalidade na organização da rede municipal”.

Temos uma grande heterogeneidade na rede, questões que são regionais. Uma proposta precisa considerar essa regionalidade. Entendemos que essas propostas da Conferência Municipal são resultado de um debate democrático entre vários profissionais e interessados na área da educação. Foram mais de 1.500 pessoas que se reuniram em 2010 para fazer esse debate, que não pode ficar aleijado dessa discussão.

Enfim, é isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Se você puder encaminhar esse documento, por favor.

Tem a palavra a Sra. Maria Aparecida Guedes Monção, do Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo.

**A SRA. MARIA APARECIDA GUEDES MONÇÃO** – Na verdade, tinha até retirado a minha inscrição, porque estou representando o Fórum Municipal de Educação Infantil.

Vim como representante e a Janaína já fez uma fala que contempla as propostas que defendemos. Só há algo que gostaria de reforçar, porque já foi muito bem fundamentado pela Janaína, com relação ao atendimento direto na rede de educação infantil. É uma discussão que temos amadurecido muito no Fórum, sobre a importância de garantir que o atendimento à educação infantil seja feito pela rede direta com a estagnação da ampliação dos convênios.

Então, é uma questão importante que deve merecer bastante atenção nos próximos tempos por conta que está em pauta em função da discussão sobre a ampliação do acesso. Inclusive, participamos de uma audiência pública há 15 dias discutindo essa temática. Gostaria de reforçar apenas essa questão.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado pela contribuição.

Tem a palavra a Sra. Norma Lúcia Andrade dos Santos, do Sinesp.

**A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS** – Boa noite. Meu nome é Norma Lúcia, estou representando o Sinesp.

Em 2010, fizemos a Conferência Municipal de Educação e nesse período foi gasto muito dinheiro, porque havia muitas pessoas participando do mesmo.

Esse projeto, o Plano Municipal de Educação, acabou parando. Estamos em 2013 e esse Plano ainda não foi para frente. Então, queremos que esse Plano caminhe, que vá para

frente.

Precisamos avançar porque necessitamos de um plano de Governo para a cidade de São Paulo. Não podemos ficar, a cada período, com um plano. Um Prefeito eleito por quatro anos modifica tudo. Depois, mais quatro anos e acontece o mesmo. A maior cidade do Brasil precisa ter um plano de Governo, de Educação de longo prazo. A Cidade merece isso.

A sociedade, naquele momento, se organizou, debateu. Acredito que precisamos de mais debate, em alguns pontos, mas não podemos desconsiderar tudo aquilo que foi debatido. Quando o Plano ficou pronto, alguns pontos não apareceram, como na Meta 19, os recursos financeiros. Como se dá um Plano em que não se prevê o recurso financeiro? Precisamos ter essa meta de recurso financeiro dentro do nosso Plano.

Outro ponto debatido e votado é o atendimento das crianças na rede direta. Ampliar a oferta na rede direta e não ampliar parcerias, terceirizações e convênios. Ampliando a rede direta e reduzindo as parcerias, as terceirizações e os convênios.

No Sinesp, gostaríamos que fossem consideradas as propostas apresentadas no documento e também defendemos o concurso público para todos os cargos, rede direta para todas as modalidades em níveis da educação básica, fim das terceirizações e fim dos convênios.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Nós é que agradecemos. A próxima oradora inscrita é a Sra. Amanda Greenhalgh, da GT Educação da Rede Nossa São Paulo.

**A SRA. AMANDA GREENHALGH** – Boa noite. Vou reforçar algumas questões que a Norma já comentou, como a importância de um plano de Estado para a cidade de São Paulo, que foi construído e esse processo começou já há bastante tempo. Nesse sentido, é importante resgatar todas as propostas levantadas e discutidas na Conferência em 2010. Existe um documento de sistematização dessas propostas, inclusive, já entregues à Comissão de Administração Pública. Esse é um bom subsídio para o aprimoramento do projeto de lei.

Outra questão importante de se destacar é que temos escutado alguns argumentos dizendo que não faria sentido a continuidade da discussão desse Plano de Educação, desse projeto de lei, em razão da não aprovação do projeto de lei referente ao Plano Nacional de Educação, que hoje tramita no Senado.

Nesse sentido, gostaria de mencionar a importância da continuidade sim desse projeto de lei, sobre o Plano Municipal de Educação, já que o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, já previa que os Estados e os Municípios deveriam elaborar seus respectivos planos. Com relação a isso, estamos 12 anos atrasados e o Plano Nacional de Educação, que está em tramitação, prevê a possibilidade de revisão. Então, se aprovarmos o Plano da cidade de São Paulo e se porventura for necessário adequá-lo a alguma medida aprovada no Plano Nacional posteriormente, isso é possível. Dessa forma, garantimos as especificidades locais e todo processo de construção do Plano, que já se iniciou há bastante tempo.

Gostaria de frisar, tal como a Norma e a Janaína já mencionaram, a necessidade de resgatar a meta de financiamento de Educação, que é a Meta 20.

Essa meta foi acordada entre a Comissão Executiva do Plano e a gestão passada. Quando o projeto de lei foi encaminhado à Câmara Municipal essa meta não entrou.

Peço licença para ler a meta, pois ela deixa bem explícita qual é a proposta. “Estabelecer um aumento de 1% ao ano” – isso até 2016, mas isso estávamos falando em 2010 – “no gasto anual da receita resultante de impostos compreendida, proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Inclusiva, com as seguintes estratégias: aperfeiçoar o controle efetivo dos recursos destinados à Educação; propor revisão e ampliação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, mediante especificação daqueles destinados à Educação Inclusiva; fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação; definir o custo

aluno qualidade da Educação Básica à luz da ampliação do investimento público em Educação; assegurar e aperfeiçoar a promoção da transparência e o controle social exercido pelos conselhos institucionais da Educação”.

Por fim, gostaria também de sugerir a criação – e isso também já foi discutido – de um centro de informações no Município de São Paulo que tratasse de informações e as analisasse, além de divulgá-las no que tange à Educação na Cidade, seja com dados do Município, bem como das redes estadual e federal, além do ensino privado, de forma a subsidiar o monitoramento das políticas na Cidade. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Se vocês fizerem a minuta, peço que nos tragam para encaminhamento à Comissão de Administração Pública, permitindo, assim, que a apresentemos como projeto de lei. Se quiserem, está bem? Do centro de informação. Façam um esboço, apresentaremos à comissão e podemos elaborar como projeto de lei. Sem problemas.

Próximo orador é a Sra. Sheila Cecom, do Instituto Paulo Freire Educação Rede Nossa São Paulo, Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

**A SRA. SHEILA CECOM** – Gostaria de reforçar a importância não só da escuta popular e da valorização de todas as contribuições que já foram oferecidas – como já foi dito aqui -, mas que a gestão participativa, a gestão democrática, fosse fortalecida, fosse referenciada e se tornasse uma diretriz desse plano.

O projeto de lei uma vez aprovado possa ter um acompanhamento efetivo por todos os segmentos da escola, por pais, funcionários, gestores, professores, familiares e crianças.

Aliás, o exercício da cidadania, desde a infância, é algo que precisa estar explícito nesse plano, pois é bom que as crianças possam discutir a educação, dialogar sobre as diretrizes e também porque os projetos políticos pedagógicos precisam ser discutidos.

Os projetos políticos pedagógicos precisam traduzir o que está no PL. A comunidade, como um todo, precisa acompanhar, para que todo esse esforço para produção

desse documento não se torne letra morta. Para que seja, de fato, um documento vivo. É nesse sentido que ele precisa ser constantemente discutido e resignificado dentro da escola.

Existem os grêmios estudantis que precisam ser citados e fortalecidos. Há ainda os conselhos de escola, os conselhos regionais de representantes de escolas, e que são todos instrumentos importantes, já postos, e que esse projeto, propondo o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, precisa fortalecer, referenciar e valorizar para que, de fato, todo esse esforço valha a pena.

Só mais uma questão que acho importante também, que temos aprovada no Brasil uma política nacional de educação ambiental, é fundamental que quando se fala em exercício de cidadania, formação de valores, princípios, que a educação ambiental seja algo contemplado.

Inclusive, na política nacional de educação ambiental o tema consta como transversal, a todas as áreas de conhecimento e formação continuada de professores em suas áreas específicas de atuação, na perspectiva da educação ambiental e da socioambiental.

São dois pontos que precisam ser incluídos e fortalecidos nesse texto: a gestão participativa por todos os segmentos e a educação socioambiental.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Nós agradecemos. A próxima oradora é a Sra. Michele Escoura, da Ação Educativa.

**A SRA. MICHELE ESCOURA** - Eu sou Michele Escoura, da Ação Educativa, representando a Unidade de EJA. Boa noite a todos. Em primeiro lugar quero ressaltar a importância deste espaço de debate. Agradeço à Casa por esta oportunidade.

Entretanto, queria ressaltar também a contradição de ter colocado o debate sobre a educação de jovens e adultos justamente na mesma semana, quando acontece o encontro nacional de educação de jovens e adultos, no Rio Grande do Norte, e os principais profissionais da educação de jovens e adultos, assim como os membros da sociedade civil

envolvidos com a questão não estão na Cidade nesta semana, não podendo participar deste debate que seria o espaço para construir esse nosso novo plano.

Queria começar falando sobre as questões importantíssimas dos atuais panorama e cenário da educação de jovens e adultos na cidade de São Paulo, principalmente evidenciando os últimos dados do censo do IBGE, que aponta mais de 200 mil analfabetos na Cidade, quase cinco milhões de paulistanos que não concluíram o ensino médio e o fundamental. Além disso, a queda vertiginosa de todas as matrículas da EJA na Cidade.

Tendo esse panorama em vista, a gente tenta trazer aqui para o debate e colocar como uma preocupação e necessidade para o plano, pensar em uma ampliação da chamada pública, da EJA Municipal, ao mesmo tempo articulando com outros programas e etapas de ensino, principalmente todos os programas de alfabetização de jovens e adultos com a continuidade de ensino na etapa do ensino médio e do fundamental.

Também vislumbramos a necessidade de flexibilização dos períodos de matrícula, para essa modalidade de ensino. Ao mesmo tempo, a gente pensa e requisita propostas inovadoras para a Cidade que vislumbrem as particularidades desse público específico, que são os jovens e adultos.

Aí temos de pensar não só em investimentos na educação infantil e a das crianças que têm de ser contemplados nesse plano, mas também a garantia do direito à educação às pessoas jovens e adultas da Cidade.

Uma sugestão é a criação de coordenações pedagógicas específicas nas escolas, que possam justamente contemplar todas as particularidades desse público específico de educação.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Só quero informar que na audiência pública anterior, houve uns problemas na Câmara, a pedido do Presidente da Casa suspendemos a anterior. Mas teremos mais três audiências públicas, depois você pode entrar



em contrato com o nosso relator para inserir também e retomar o assunto, não terá prejuízo algum. Tem a palavra a Sra. Soraia Alexandra, da DRE de Pirituba.

**A SRA. SORAIA ALEXANDRA** – Sou coordenadora pedagógica há 25 anos, lotada na rede municipal de educação e no momento faço a função de supervisora escolar. Quero me congratular fortemente com o novo relator do Plano Municipal de Educação e conheço o trabalho do Proerg junto às escolas, tenho sempre boas notícias em relação ao impacto que esse projeto traz nas escolas públicas e traz para as nossas escolas uma possibilidade de diálogo com uma Polícia Militar que muitas vezes não é bem vista e vou considerar até que existe motivo para isso, mas é importante o trabalho do Proerg.

Estamos vivendo a semana de movimento de alfabetização é um projeto novo em São Paulo que reúne 20 mil alunos na Cidade. Tivemos a abertura desse evento importante no Anhembi onde as salas de alfabetização do MOVA puderam trazer essa discussão e nessa semana toda compartilharam dos projetos que ocorrem nesta sala dentro de uma lógica de educação não formal, mas que abrange toda a periferia de São Paulo, sobretudo, os excluídos que não tiveram a oportunidade de no seu tempo ter acesso a uma educação.

Essa audiência tem um significado importante nessa conjuntura que estamos vivendo. Particpei do Plano Municipal de Educação em 2010 ativamente junto ao segmento dos movimentos dos povos indígenas com quem convivi dez anos na aldeia do Jaraguá, no projeto Ceci Jaraguá, e devo dizer que não tivemos informações que nos permitissem continuar participando com a qualidade necessária para que a voz dessas questões indígenas pudessem serem ouvidas a contento no Plano Municipal de Educação.

Estamos dentro de uma nova conjuntura e vivemos em São Paulo a realização de 13 conferências regionais preparatórias que estão sinalizando a participação de 540 delegados em nível de conferência estadual de educação e isso significa que há muito acúmulo de discussão que permitirá aprimorar as ideias iniciais pautadas no Plano Municipal de Educação e não tenho um pingão de dúvida o quanto isso pode irradiar novas políticas, sobretudo, na

dimensão da inclusão, no caso dos surdos, das crianças que são indígenas, das crianças egressas do movimento negro e que sofrem discriminação e violência e por conta dessa proposta que também está em discussão desde o dia 15 de agosto em consulta pública em que 30 mil pessoas puderam dar a sua opinião em relação à participação.

Na semana passada 80% de escolas da região de Pirituba, cerca de 300 escolas, desde aldeias indígenas, escolas de surdos, cinco CEUs e conseguimos realizar três audiências em cada EMEF que permitiram que professores, pais, alunos e comunidade tivessem acesso a essa nova proposta de reorganização curricular e administrativa e que retoma na Cidade de São Paulo a discussão colocada em 1989 quando o prof. Paulo Freire trouxe a problematização do ensino público na cidade de São Paulo, com a introdução do regimento das escolas, do estatuto do magistério e ainda foi a primeira vez que discutimos progressão continuada.

Devo sinalizar que essa discussão também foi alvo nessa Casa de uma audiência pública maravilhosamente bem conduzida pelo nobre Vereador Presidente da Comissão de Educação e estamos tendo muitos reflexos positivos, ouvindo nas escolas a dimensão necessária da qualidade social que se pretende ter nessa escola pública municipal, que possui uma rede de quase um milhão de alunos.

Para essas pessoas simples que dependem do ensino público, que acreditam no ensino público de qualidade, a perspectiva da introdução de ciclos de alfabetização, com a perspectiva, inclusive, de retenção ao final do terceiro ano, traz para os pais a clareza de que finalmente aquela percepção de que as crianças estão passando pela escola e não estão conseguindo aprender, finalmente vão poder estar sendo ouvidos, porque os alunos dentro da progressão que hoje ocorre na rede municipal, pautada pelo Plano Nacional de Educação, que introduziu a aprovação automática, as crianças estão passando pela escola sem necessariamente terem condições para concorrerem no mercado de trabalho com a condição profissional necessária para, inclusive, estarem ocupando postos de relevância na nossa

sociedade.

Essa dimensão, atrelada ao processo de formação continuada, como as colegas aqui colocaram, mais a discussão da infraestrutura da escola, da gestão e traz, e vou dizer para esta Comissão, uma novidade muito importante do ponto de visto de organização de escola, uma novidade que é o regimento das escolas. É uma discussão que ainda não começou, está sinalizando que ela deve ser também muito bem observada por esta Casa, porque o regimento comum que hoje está nas escolas municipais está esquecido na gaveto e ele vai ter um novo significado a partir dessa nova estrutura. E a novidade é que além do regimento comum para todas as escolas, a gente vai ter também um regimento para cada escola, vislumbrando encaminhamentos que consideram o projeto político-pedagógico daquelas escolas os projetos necessários para aquela comunidade. A gente sabe que a cidade de São Paulo tem uma população absurdamente grande, a gente tem singularidades em nível de cinco regiões distintas, temos que considerar que os concursos às vezes inviabilizam os módulos completos de professores nas escolas através dos concursos. Esse é o calcanhar de Aquiles da escola, que eu diria hoje, pública municipal. São duas questões, educação de deficientes, que a gente está atendendo e não necessariamente uma política sistematizada em relação a esse atendimento e também essa dimensão da falta de quadros.

Quero me congratular, quero saber se vai ter outras audiências e a gente estar participando.

Sai agora de uma conferência, só para vocês saberem que a fala de fórum municipal, chapa branca, eu vou falar que sou de fórum municipal verde, amarelo, azul e branco, que é a cor da nossa bandeira e é uma cor que a gente tem que estar respeitando cada vez mais e sempre, porque é o Brasil que a gente acredita, da democracia plena, da inclusão e do crescimento que se faz através de uma educação de qualidade, social.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra A Sra. Darcy Diago

Finzetto, do Fórum das Entidades Conveniadas.

**A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO** – Boa noite aos Srs. Vereadores e a todos. Estou aqui representando as entidades conveniadas da cidade de São Paulo que não têm convênio com a Prefeitura, com a Secretaria de Educação.

Hoje as entidades representam 80% do atendimento das crianças de zero a três anos nessa cidade. Quero até fazer um desabafo. Nós viemos, graças a Deus, da assistência social. A primeira creche nesta cidade foi uma creche conveniada, não foi uma creche direta. Nós, que lutamos nas nossas periferias, nas nossas lutas, nas nossas batalhas é que lutam por movimento por creche e vieram as creches. Quando nós estávamos na assistência social não vi nenhum sindicato vir brigar pelas crianças. O senhor, que é lá de São Mateus sabe quanto amassamos barro na periferia, aquelas comunidades, aquelas famílias que eram até voluntárias para atender aquelas crianças que as mães tinham que trabalhar. Foi assim o nosso começo. Mas nós somos dinâmicas. Em 2003, passamos da Assistência Social para a Secretaria de Educação.

Tínhamos muitos problemas. Primeiro, não tínhamos pessoas formadas, eram pessoas da comunidade, pessoas próximas. E o que aconteceu? Essas mulheres foram à luta: deixaram seus filhos em casa, à noite, e pagaram um curso de Pedagogia, com muito sacrifício. Agora são todas formadas em Pedagogia, então são professoras nas creches conveniadas.

Na Assistência Social, não vi um sindicato, alguém que tivesse brigado pelas crianças. Mas nós, sim, sempre brigamos pelas crianças. Não estamos atrás de salário, nem que a criança seja direta, ou conveniada. Não queremos saber disso, apenas queremos atender a criança. E se temos convênio, hoje, é porque não conseguiram chegar onde estão as famílias. O senhor é testemunha disso, não concorda?

O que me entristece é que todo mundo critica, fala que não pode ter convênio, que tem de ser da creche direta, mas quem é que fala da criança, quem fala do pedagógico dessa

criança? Ninguém. Inclusive, no Plano Municipal da Educação, em 2010, quando participamos da Conferência, não podíamos nem abrir a boca e não deixaram passar nada do que queríamos de pedagógico. Todo mundo fala em educação infantil, mas se pegar o Plano Municipal de Educação não encontra nada de pedagógico.

Quero saber quais são as diretrizes da Secretaria de Educação neste Plano de 2013 para crianças de zero a três anos. Porque seguimos as diretrizes da Secretaria de Educação, mas temos uma missão: representamos quase 200 mil crianças nesta Cidade. Então, quero que este Plano contemple a Pedagogia. Como serão tratadas as nossas crianças?

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Sonia Regina Nascimento Oliveira, da Associação dos Profissionais Surdos de São Paulo – APSSP.

**A SRA. SONIA REGINA NASCIMENTO OLIVEIRA** – Boa noite. Sou surda, sou professora de libras e, hoje, venho representar toda a comunidade surda. Sou Presidente da Associação dos Professores Surdos de São Paulo, e a gente luta pela educação. Como o Professor acabou de falar, temos uma preocupação muito grande com a criança surda que chega à escola sem conhecer nenhuma língua, porque 95% dos pais de crianças surdas são ouvintes e não conhecem libras.

Ainda há crianças que chegam à escola sem deficiência e, de repente, adquirem a surdez, assim como eu, que tive surdez aos 11 anos de idade. Não ouço absolutamente nada e preciso de intérprete para entender vocês.

Há muitas especificidades dentro da educação dos surdos. Não basta formar um professor com um curso de 120 horas de Libras, há muito coisa que precisa ser melhorada na formação dos professores e também em relação à avaliação dos profissionais intérpretes que trabalham com eles.

Em suma, nossa preocupação é esta: melhorar a formação dos professores para

atuar com os surdos nas escolas e também nas universidades, porque não temos professores capacitados dentro do ensino superior para que os surdos cheguem a uma universidade. Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Somos nós que agradecemos. Próximo inscrito, José Roberto Alves, do Movimento Coep – Comunidade de Olho na Escola.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ALVES** – Boa noite a todos. Sou um dos coordenadores do Movimento Coep. Parabenizo a Comissão de Administração Pública, que propõe um embate saudável a respeito do que a comunidade quer. Porque, toda vez que há o interesse do Governo, estamos sempre preteridos das discussões.

O Plano Municipal de Educação foi montado em 1999. O Fórum Municipal da Educação e o Movimento Coep trabalharam juntos com a Comissão de Educação, presidida pela Vereadora Ana Maria Quadros. Na ocasião, priorizamos discutir e colocar o seguinte: a Constituição diz que é prioridade do Município o ensino fundamental e a educação infantil. São Paulo distorceu o tempo todo esse princípio. A maior distorção, inclusive, foi a criação dos CEUs, que incorporaram custos para a educação visando a criar espaços culturais, esportivos e até voltados a idosos – um absurdo.

A gestão dos recursos foi distorcida na administração 2001-2004, que reduziu as verbas da educação de 30% para 18%, pagando aposentados com verbas da educação para encher a burra do mercado financeiro com juros de 13% - razão pela qual nossa dívida está hoje em 54 bilhões. Não se pode pagar aposentado com verba da educação, mas isso continua acontecendo.

O Fórum fez uma proposta de coordenação da eleição dos Conselhos de Escola, dos segmentos de pais e mães e dos alunos, pois eles são preteridos na constituição dos grêmios estudantes – ninguém coloca isso, pois não quer ouvir quem tem realmente direito a voz, mas é tido como incapaz.

Outra coisa estranha é que esta cidade gasta 760 milhões com compra de

uniforme. Uma lei do Estado de São Paulo diz que isso não é obrigatório. Numa audiência pública, o anterior Secretário da Educação foi questionado sobre o assunto e disse que, como não é obrigatório, então os alunos de 6ª série em diante – refiro-me ao Ensino Fundamental II, a metade para frente – não vão de uniforme. No entanto, eles são comprados. Esses 760 milhões dariam para fazermos um trabalho muito bem feito com a educação de jovens e adultos - em relação à qual esta cidade deixa muito a desejar, quando expulsa os jovens da escola e depois cria essa demanda.

Alerto todos que vamos, sim, apresentar proposta que incorpora aquilo que já fizemos no Plano Municipal de 1999 e as coisas mais recentes, incluindo a questão da educação infantil. O Fundeb veio para descaracterizar a questão da verba da educação do ensino fundamental, porque a verba muitas vezes é gasta com creche e com o ensino médio. São Paulo não tem responsabilidade, mas a questão é política.

As mães, principalmente as trabalhadoras, procuram o Poder Público para arranjar vaga em creche. Esse, então, acaba se tornando um nicho de eleição e venda de representatividade. No ensino médio, o aluno já começa a se preparar para votar, e o ensino fundamental fica a Deus dar.

Como o Fundef foi criado na gestão do PSDB, o PT fica fez essa monstruosidade do Fundeb. E como no Fundef não havia participação da sociedade na gestão, o PT também não deixa isso acontecer no Fundeb, distorcendo sua necessidade e impedindo que a sociedade acompanhe a execução orçamentária, o que nenhuma administração fez. Se os Secretários anteriores foram Paulo Freire e Mário Sergio Cortella, o atual é um pilantra.

Naquela administração foram gastos 97% da execução orçamentária da educação. Hoje não se gasta isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra a Sra. Vilma Santana dos Santos, do Fórum EJA.

**A SRA. VILMA SANTANA DOS SANTOS** – Boa noite. Vou rapidamente endossar o que a Michele, da Ação Educativa, disse, pois, na realidade, os coordenadores, que deveriam estar aqui, estão no Rio Grande do Norte. Em nome deles e com suas palavras, vou falar sobre reorientação curricular da EJA; da incorporação dos alunos do Mova, do Brasil Alfabetizado e da Alfabetiza São Paulo na rede. São pontos que gostaríamos de discutir com os senhores. Parece que uma discussão sobre isso foi iniciada com o Secretário, mas ainda está em andamento, sem qualquer solução ainda.

Para finalizar, gostaríamos de discutir mais formalmente o Mova São Paulo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Há dois anos, houve um boato de que o CIEJA ia ser extinto. A pedido de alguns professores, tive o privilégio de apresentar um projeto de lei que versa sobre a criação do CIEJA, sua manutenção e a criação de novos CIEJAs. Hoje, então, esse programa já é lei na cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. José Adão de Oliveira, do Movimento Negro Unificado.

**O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA** – Boa noite. Sou um curioso e amante das lutas pela educação.

Estava olhando para o Vereador Coronel Camilo e imaginando o que eu diria, porque eu senti uma emoção muito forte em 2010 e queria parabenizar o senhor, pela coragem que o senhor teve de pedir desculpas e mandar aquela carta para aquela mãe do jovem que foi torturado e morto na zona Norte.

Eu sei que no código da Polícia Militar não existe esse capítulo de pedir desculpas, porque se entende que um oficial vai fazer sempre aquilo que deve ser feito. E pesa muito agora, vendo o senhor sentado nessa cadeira porque me vem a lembrança do professor e poeta Eduardo de Oliveira, que foi Vereador em 1963 nesta Casa, e desta tribuna ele fez discurso contra o colonialismo em Angola, defendendo melhores oportunidades para viver aqui no Brasil e muitas outras questões. Em 1978 ele estava aqui nas escadarias do Teatro



Municipal conosco, lutando contra a violência policial, contra a discriminação racial, pela democracia racial e pela educação de qualidade e hoje ele não está mais, morreu no ano passado e ele era candidato acho que pelo PPL na eleição passada, e ele foi homenageado no MASP, no 101º Fórum de Cultura de Paz e foi homenageado agora neste mês passado em 18 conferências de igualdade racial que aconteceu aqui no Estado de São Paulo.

O Eduardo, em 2010, lá no Butantã, foi feito um almoço em homenagem a ele e que estavam presentes cerca de 300 crianças que cantaram o Hino da Negritude, que ele criou. Ele dizia que os jovens de hoje tinham que se orgulhar porque os tempos são outros, que na época que ele era jovem ele não podia olhar olho no olho, ele tinha que falar de cabeça baixa e hoje é diferente. Então tem todo o universo para frente para a juventude, e ele falava com a juventude negra.

Então o papel que o senhor está representando como relator desse projeto, para mim tem um significado muito especial, porque é uma transição, ou muda ou continuaremos no mesmo. Nesse sentido eu vejo a necessidade de se respeitar um processo. A educação que nós temos é a educação que nos deram, não foi a educação que nós construímos, seja os negros, sejam os indígenas, sejam os brancos, orientais e assim por diante. Em 2010 houve um processo, que foi o mais democrático que a gente conseguiu, que gerou 20 mil propostas, que foram sintetizadas em cerca de 900 num documento base e esse documento que foi discutido e foi votado.

Dessas propostas, ficaram cem, porque não foi possível por falta de tempo, que foi encaminhada aos senhores Vereadores. Dessas propostas as de número 858, 840 propõem que sejam realizadas feiras de educação distritais, tendo o CEU como sede, mas tendo o ensino médio como referência, aí se prevê o financiamento e várias outras questões. E se não se respeitar esse processo, essas propostas não vão ser consideradas e elas são muito importantes porque o ensino médio é o grande gargalo da educação. E talvez nessas feiras nós consigamos, a juventude, os estudantes, responder uma questão que o senhor colocou

naquela carta que o senhor enviou para aquela mãe que estava com o coração todo torturado.

Na carta, o senhor colocava que não sabia se aqueles policiais eram humanos ou não, pelo ato de barbárie que eles fizeram. E eles são humanos. Simplesmente, eles foram cidadãos mal educados.

Então, eu encerro com o coração mais leve, por poder conversar diretamente com o senhor e também por esperar que o senhor nos brinde com uma grande contribuição para mudar este país.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Muito bem.

Temos mais três inscritos. O próximo é um Wilson Fiúza, do Instituto Kwaray. O Wilson é veterano dos movimentos sociais, dos bons tempos, não é um Wilson? (Risos)

**O SR. WILSON FIÚZA** - Não podemos falar a idade, não é? (Risos)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Verdade.

**O SR. WILSON FIÚZA** – Boa noite a todos, boa noite ao Plenário; nobres Vereadores Camilo, Jean Madeira, Alfredinho e nosso veterano Gilson Barreto, da nossa querida zona Leste, só quero, em minha fala, me solidarizar com a D. Darci e chamar a atenção do Plenário e desta Comissão importantíssima na questão da democratização.

O Vereador nos conhece da década de 70 e das lutas dos movimentos sociais - a qual à Darci se referiu -, que é a construção dessa sociedade. Ninguém nasce bandido. Todos os profissionais aqui da Educação, da rede conveniada, Vereador, nós não estamos disputando, nós estamos atendendo. Eu os convido para conhecerem todo o plano de trabalho e o projeto pedagógico que, de forma pontual e objetiva, nos ajudem a atender o restante de mais de 100 mil crianças que estão aí fora, porque as que estão na rede conveniada nós já estamos atendendo. Esse é o desafio que faço a este Plenário, correto? E que venham nos ajudar, que sejamos unidos, aquela mão que está lá no rodapé da periferia - onde nós habitamos, moramos e fizemos luta de todo o processo de democratização deste país. Fico

muito contente de poder entrar neste Plenário e saudar os companheiros lá de Parelheiros que estão aqui, da rede conveniada, correto? Que isso para nós é histórico, Vereador, e o senhor sabe disso, não é verdade?

Então, estamos aqui pedindo encarecidamente que nos ajudem a dar a alternativa para atender as mais de 100 mil que estão aí fora, porque são 80% os que a rede conveniada já está atendendo. Assim, temos de nos unir para dar essa alternativa. E as mães estão pouco ligando se é da rede pública ou se é da rede direta. Elas querem que as crianças sejam atendidas.

Se vocês têm dúvida do plano de trabalho, do projeto pedagógico que a rede conveniada tem, eu os convido a fazerem visita dentro da rede. Venham conhecer o Fórum de Educação Infantil da rede conveniada, correto?

E se há desvio na rede pública ou das conveniadas, cabe a nós da sociedade civil organizada - não é, Coronel? - ajudar a construir essa alternativa. Isso porque, quando eu vejo - e me preocupo demasiadamente - a antiga Febem, hoje Fundação Casa, gastando 7.200 reais *per capita*/mês - pelos cálculos deles lá, 10 mil internos e 12 mil funcionários -, lembramos que nossa *per capita* não chega a 500 reais/mês para atender as crianças. Então, isso é para vocês que deixaram suas casas, que estão aqui, porque estão preocupados.

Portanto, vamos nos unir para dar resultado, porque essa criança que passa pela rede conveniada ou pela rede direta - correto? -, bem atendida, ela tem uma boa perspectiva para não seguir esse rumo.

E, se seguir, ela tem uma referência de que foi bem tratada e, assim, ela vai ter outro rumo. Então, acho que aqui não temos ninguém de chapa branca; queremos estar unidos, porque foi para isso que se construiu a democracia. Ficamos, assim, meio chateados, de vez em quando, quando vamos aos fóruns, às conferências e somos discriminados. O que é a democracia?

Então, venho aqui humildemente pedir que nos ajudem a atender esses 100 mil que

estão fora das creches, já que as mães vão à nossa porta, porque é a mais próxima, no rodapé da periferia onde moramos e habitamos, pedir vaga.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Muito bem.

**O SR. WILSON FIÚZA** - Então, gostaria de deixar claro aqui, Vereador, que, primeiro, para mim é um prazer muito grande reencontrá-lo aqui e aos nobres que estão aí, e que nos ajudem. E vamos apresentar uma proposta e pedir, inclusive, todo o empenho dos demais profissionais que estão aqui para construirmos juntos essa alternativa.

E dizer quais são as próximas audiências públicas: no CEU Butantã; no CEU Cidade Dutra; e nós, como moramos na zona Leste, vamos encher lá o CEU Aricanduva.

Obrigado, boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Obrigado. (Palmas)

Próximo: Professor Adelson Queiroz, pelo Sinpeem.

**O SR. ADELSON QUEIROZ** - Meu nome é Adelson Cavalcanti de Queiroz, do Sindicato dos Profissionais em Educação do Município de São Paulo.

Boa noite a todos. Eu estava ali memorizando o Conae 2010 e a preparação dele. Agora, nós vamos com a previsão do de 2012. Mas gostaria que os nobres edis consultassem os nossos anais. O que foi discutido aqui, em termos de Educação - porque não estamos aqui para defender um ponto da Educação -, temos de defender para São Paulo: educação infantil, ensino fundamental e médio - a parte que cabe a São Paulo -, educação inclusiva, as creches - como foi dito aqui -, toda a Educação.

O Governo tem o dever de atender à educação de São Paulo, não só um segmento. Portanto, falar nos anais de 2010, foi feita uma discussão muito grande de como se administrar a Educação em São Paulo e no todo. Então, esse é um recado que eu deixo.

Outro lado, acho que São Paulo tem de reconquistar verbas para educação, porque senão não vai funcionar também. Sou do tempo em que a verba em São Paulo era de 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino. Hoje, não é, não é isso o que é previsto. Há

desvios de encaminhamento. Não estou dizendo que alguém está levando, estou falando em desvios encaminhamento.

Vamos pensar o uso dessa verba aqui que seja desenvolvimento e manutenção do ensino. E trazemos essa situação com grande preocupação, porque não adianta chegar aqui e falar que lá houve briga ou que se foi discriminado. Temos de agir em conjunto, toda a sociedade. Democracia é isso.

Vamos chegar a um ponto em que, se eu perco, tudo bem. Que ganhe a Educação como um todo. Não adianta virar só muro de lamentação. O ponto principal para atender esses itens que estão aqui é ter realmente financiamento para a Educação. Apelo ao Vereador Gilson, que conheço, para que tente incluir na Lei Orgânica do Município de São Paulo a volta dos 30% para a Educação. Assim teremos valorização da sociedade e dos profissionais de Educação. E teremos condições de oferecer Educação por aquele que é responsável pela Educação no nosso Estado e no nosso Município.

Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Tem a palavra a Sra. Andrea Aidan, da Aprofem.

**A SRA. ANDREA AIDAN** – Boa noite. Estamos aqui por uma causa comum, necessária, urgente e premente: a Educação que é a mola propulsora de uma sociedade digna e justa.

Estou feliz pela oportunidade e ao mesmo tempo entristecida por termos de estar aqui em tantos outros momentos dizendo sempre a mesma coisa. O plano municipal tem um acúmulo de discussões, uma riqueza de documento pronto, claro, flexível e adequável a muitas mudanças que se fizerem necessárias, mas é triste imaginar que já estamos três anos atrasados nesse plano, pois ele não está aprovado pela Câmara, mas já vige de 11 a 20, se pararmos para pensar, estamos para lá de atrasados.

A sensação que se tem é do papagaísmo. Precisamos sempre reforçar e exercer

nosso grau de convencimento, quando na verdade a sociedade já está convencida de que da forma como estamos não mais podemos ficar. E se pensamos que pior não pode ficar estamos enganados, porque a coisa ainda pode se deteriorar.

Não quero ser repetitiva, mas vou reafirmar muitas das falas, porque as vejo necessárias. Vou só sinalizar, há uma cumplicidade muito grande de todos os presentes porque participaram dessa rica discussão. Em razão disso encaminhamos junto à minuta do plano um documento anexo, que é justamente o que gostaríamos que fosse encaminhado em forma de substitutivo com as demais sugestões que surgirem.

Reforço a questão – como disse o Adelson – de que a Educação é um todo. É uma formação que começa desde o ventre e se estende ao longo da vida, mas em especial a Educação Infantil, e falo como Professora de Educação Infantil, hoje Diretora da Aprofem, mas tenho paixão pela Educação Infantil – tenho formação como Advogada também -, às vezes participo de alguns encontros em nível de Educação Universitária e fico triste de ouvir que a Educação Universitária desconsidera o início do aluno na sua formação.

Então minha defesa em nome da Educação Infantil é justamente porque hoje vivemos numa sociedade de muita informação, superficial e estamos deixando de lado nossas crianças. O ambiente que essas crianças vivem é o berço esplendido da formação de valores éticos, de conceitos, de cidadania que vão se prolongar por toda a vida. E estamos sofrendo isso nos faróis, dentro das salas de aula, dentro das nossas casas, que é o mais triste disso tudo. Por isso, é preciso um olhar especial para a Educação Infantil.

Outra coisa que se tem perdido na educação se fala, mas não se executa. Então tem a questão aí de currículo obrigatório hoje para música, a educação física, a questão de esportes, as artes, inclusão, as questões étnico-raciais, mas efetivamente, com elas ocorrem nas redes municipal, estadual e federal, estão sendo deixados de lado do que compõe a complexidade humana. A nossa formação é complexa, Morrand(?) diz isso, defende essa complexidade que nós abandonamos. Nós, claro, a formação para o trabalho, importante

também lá na ponte, pensando aqui no município, mas esse alinhavo ao longo da educação para que a gente tenha de fato esse cidadão que a gente espera.

No mais, sim, defender a questão da carreira nos concursos públicos, esse financiamento, para que ele seja de fato destinado para aquilo que o Estado deve destinar, porque é dever do Estado a educação, e a formação continuada dos professores.

Agora, preciso concluir aqui dizendo o seguinte, não podemos nos esquecer que estamos falando e lidando com vidas, com seres humanos. A educação ajuda sim, e muito, a traçar esse destino de sucesso ou fracasso desse cidadão, claro que começa na família, não podemos trazer para nós, educadores, a responsabilidade que é peculiar à família, mas temos também que ter essa preocupação de saber lançar a responsabilidade que lhe cabe, a sociedade, a família, e nos apropriarmos daquela que é nossa, por isso que estamos aqui, porque bem fazemos o nosso dever. Se a educação ainda tem um restinho de vestígio positivo é graças a nós que ainda lutamos.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Vereador Alfredinho.

**O SR. ALFREDINHO** – Vou falar rápido porque esta terminando. O que eu vejo em tudo isso é que todo mundo quer uma boa educação, quer que a educação mude, mas todo mundo acha que todos professores, governo, os educadores todos, a população têm que se unir, se juntar e por em prática aquilo que todos nós defendemos, que é melhor qualidade na educação, professores mais preparados, mais valorizados, tudo que a gente fala aqui.

Às vezes eu fico pensando comigo, o porquê de uma criança que tem cinco ou seis anos de uma escola privada já consegue ler e escrever e as da pública não, uma parte delas, não vamos considerar que possam ser todas. Será que é porque os professores da privada são melhores do que os da pública? Eu não acho que seja, honestamente não acho. É porque alguma coisa está errada. Talvez sejam os métodos. Precisa ser colocado na mesa e discutir para apresentar mudanças. O ser humano sempre resiste a mudanças, mas alguém tem que ter a coragem de apresentar as mudanças, claro debater, não é empurrar goela abaixo, é

debater e ampliar o debate, mas é preciso ter a coragem de debater e de fazer as mudanças.

Eu estive na audiência pública desta semana, primeira aqui na Casa, que se debateu o novo plano que o Governo está apresentando, e alguns disseram que estamos voltando ao passado. Mas tem coisa que por mais que seja moderno, hoje com modernidade que tem, que não supera algumas do passado. Isso aqui é moderno, computador é moderno, mas o nosso cérebro pensa mais rápido que o computador, isso aqui facilita, mas nós conseguimos raciocinar mais rápido do que isso. Então a questão da nota, questão da prova para mim é extremamente necessário, isso recupera a autoridade do professor. Que coisa é essa de o pai não saber se o aluno está bem na escola porque não tem conhecimento se está bem, porque não tem nota, não acompanha. Aí o aluno, quanto termina a primeira parte, que termina o ensino fundamental, não sabe ler e não sabe escrever. Isso não é voltar ao passado, isso é outra coisa. Eu não tive oportunidade de fazer uma universidade, e minha mãe teve uma dificuldade danada, porque tinha que trabalhar para comprar o material escolar para mim e para os meus nove irmãos. Antes de terminar o primário, eu já sabia ler e fazer as quatro operações da Matemática. Quando saí do primário para ingressar no ginásio, que é hoje o ensino fundamental, já sabia fazer as quatro operações. Mas, naquela época, os professores exigiam que fizéssemos as provas e, se não fôssemos bem, nos davam zero mesmo e tínhamos que estudar e fazer outra prova para tentar tirar uma nota melhor. Ficávamos em recuperação para poder aprender.

Então, saíamos da escola sabendo alguma coisa. Não é preconceito, mas temos que colocar o dedo na ferida e falar a verdade. Claro que professor tem que ganhar mais, tem que estar mais preparado, mas o governo tem que fazer sua parte.

Gostei muito da fala de uma pessoa sobre redes conveniadas. Não tenho nenhum tipo de problema com elas. Pelo contrário, pois, se não fossem elas, ainda mais crianças estariam fora das creches. Conheço uma série de creches conveniadas de boa qualidade, onde as crianças são bem tratadas. Conheço porque vou até elas, não sou Vereador de ficar



somente dentro desta Casa. Minha função é andar e é lá fora que vemos as coisas, vemos como é a realidade em cada comunidade. Aliás, gosto mais de andar e conversar com o povo do que ficar aqui dentro, onde enfrentamos muitos problemas, inclusive o de gente que vem nos pedir coisas. Infelizmente a nossa política ainda tem muito disso.

Não concordo que este debate tenha que ficar restrito às redes sociais, à internet. Acho que o governo tem que ampliá-lo, tem que ir para os bairros discutir a questão. Porque, às vezes, os dirigentes, os líderes sindicais pensam que sabem mais do que o povo. Podem até ter mais informações, e temos, do que a maioria do povo, pois lidamos com isso no dia a dia, mas não sabemos mais do que ele, não. Muitas vezes, num debate, pessoas simples que ficam caladas pedem a palavra e nos dão uma lição. Não podemos, então, achar que, porque a pessoa é simples, não sabe das coisas. Por isso, temos que debater com os pais e com a comunidade para ver o que é melhor.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, nobre Vereador Alfredinho. Quero dizer a V.Exa. que, se as pessoas nos procuram, é por ineficiência da máquina pública, emperrada, desestruturada, desorganizada, que parece ter sido criada para levantar uma barreira entre o sistema e a comunidade. Isso não é de agora, sempre foi assim.

Tem a palavra o nobre Vereador Jean Madeira.

**O SR. JEAN MADEIRA** – Sr. Presidente, só quero tirar uma dúvida com V.Exa. Por mais de uma hora e meia, ouvimos muitas pessoas, que colaboraram com seus conhecimentos. Todas as vezes que a Comissão de Educação promoveu uma audiência pública, uma reunião temática, contamos com a presença do Sr. Secretário ou de um representante. Hoje, no entanto, não vejo ninguém da Secretaria de Educação. A pergunta, então, é: tudo o que está sendo dito aqui vai chegar ao Sr. Secretário e à sua equipe ou para por aqui?

Perdoem-me a pergunta, mas, como é meu primeiro mandato, preciso esclarecer

essa dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Respondendo a V.Exa., todos os representantes do Estado e da Prefeitura foram convidados, mas não estou preocupado se compareceram ou não, pois isso é da consciência e da responsabilidade de cada um deles.

Quero, agora, dar uma informação, porque às vezes pensam que a gente segurou o projeto. Esse projeto chegou aqui em 24.09.2012. A Comissão de Justiça foi dar um parecer no mês 12, no mês 11 o Prof. Claudio Fonseca, que inclusive era da Comissão de Educação, fez duas audiências públicas antes mesmo de passar pela Comissão de Justiça, que é a primeira Comissão. Então o projeto de lá para cá, em março nós assumimos aqui, em seguida já puxamos o projeto para a Comissão para poder começar a discussão.

**O SR. JEAN MADEIRA** – Só para concluir. Ouvindo cada um aqui, me trouxe uma passagem bíblica, inclusive dita pelo próprio Deus, porque na Bíblia tem passagens que são ditas pelo homem, outras Jesus, o próprio mal, ou Deus, e Deus certa vez disse: “O meu povo sofre por falta de conhecimento” e o conhecimento vem com educação. Então é de suma importância que se invista em educação para que São Paulo pare de sofrer.

Parabéns a todos vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Mas todo relato depois será encaminhado ao Secretário e outros departamentos.

Antes de passar a palavra ao Vereador Coronel Camilo, eu quero informar que nós teremos sábado, no CEU Butantã, que, inclusive solicitei, representando a Comissão, ao Coronel Camilo para presidir esta audiência pública. Eu estarei em outra atividade da mesma Comissão, que coincidiu e vamos nos dividir. E dia 21/09/2013, também sábado, das 10 h às 12h, no CEU Cidade Dutra, Avenida Interlagos, 7.350. E a última, pelo que se prevê, dia 05/10/2013, sábado, das 10h às 12h, no CEU Aricanduva, em frente ao Shopping Aricanduva, na Avenida Aricanduva, quase em frente ao Carrefour.

Eu também quero deixar à disposição de vocês, para quando vocês quiserem

marcar tipo de um seminário, um meio dia, um dia, junto com o Coronel Camilo e nós da Comissão, para fazer um documento único daquilo que vocês querem, daquilo que vocês estão expondo. Ao invés da gente colocar, vamos marcar um dia, vamos formar grupos, para sair um documento. Querem mudar todo o plano? Muda. Eu não tenho compromisso com Governo, não tenho compromisso com ninguém, só tenho compromisso com a realidade. Tem um projeto aqui, aqui está a vida dos profissionais da educação, principalmente do professorado, de alunos, de todo mundo, se vocês não aproveitarem agora para dizerem o que querem e fazer valer, vocês vão perder a oportunidade e vão ficar dez anos chorando depois. Quero dizer que estamos à disposição do sindicato, das associações. Querem fazer nos sindicatos, nos chamem que a gente vai, se alguém quiser agregar. Querem utilizar a Câmara Municipal? Nós reservamos espaço para poder fazer isso. Nós queremos e teremos audiência até o dia 05/10, então, se acharem isso importante, faremos um documento discutido por todos vocês e vamos referendar isso, defendendo sempre essa bandeira, que vocês vão transcrever. Sobre a verba, não tenho problema nenhum, assim como os outros Vereadores de cada partido que fazem parte da Comissão.

Quero dizer que o Vereador Alfredinho é do PT, mas ele tem sido coerente nas discussões dos projetos, inclusive os da Comissão de Administração Pública.

Coloco-me à disposição de vocês.

Às vezes, vocês fazem alguma questão para a gente, e não respondemos ou não discutimos porque temos de ser imparciais nas coisas, pois é a manifestação de vocês, é a sua vontade.

Está sendo tudo taquigrafado e filmado. Depois, nós, Membros da Comissão, vamos rever e transcrever isso. O importante é a gente se reunir, ir fazendo por capítulos – não é, Coronel? -, a gente fazer um documento único para dizermos ao Governo o que nós queremos é isso, o que está transcrito. E, aonde formos, poderemos falar: é isso aqui. O nosso documento é esse. Queremos saber se vai mudar ou se não vai.

Essa questão de mudanças administrativas, de modelos, isso será discutido sempre. Todo Governo faz isso e continuará fazendo. Não estou preocupado com isso, não.

**O SR. CORONEL CAMILO** – Gostaria que, depois que a Janaina entregasse esse documento com as sugestões feitas por ela aqui, a Amanda também – se eu não achar na Comissão essa sistematização – mande para mim. Amanda, faça a sugestão para a criação desse centro de informação na área de Educação, pois acho importante que conste do relatório.

Sônia, parabéns quanto às libras. Na Polícia Militar, nos preocupamos muito com isso. Chegamos a fazer uma cartilha de como o Policial tem que abordar o deficiente físico, pois é uma dificuldade para o Policial abordar alguém que não o estava escutando, pedir para que ele tomar uma postura, levantar a mão. Daí o Policial quase toma outra atitude, então, hoje tem uma cartilha. Na polícia tem dois cursos: o mestrado e o doutorado que os Oficiais fazem. No mestrado foi desenvolvida uma tese, que era exatamente uma cartilha de como o Policial deve abordar um deficiente não só o físico, mas o surdo-mudo, o que tem dificuldade para se comunicar. Vamos dar uma atenção especial a isso também.

A sra. Darci Wilson pensa exatamente como o nosso Vereador Alfredinho, ou seja, a rede credencia agrega valor, mas ainda não damos conta. O dia em que dermos conta de tudo, na gente pode até pensar de outra forma. Por enquanto, é a soma de tudo isso que vai trazer a boa educação. Senti isso na pele. Tenho três filhos e não consegui coloca-los em creche. Hoje, estão com 24, 21 e 19 anos.

Sugiro que a Andreia Aidar não desista. A gente sabe que é difícil. Sejam perseverantes. Aqui estão as pessoas que podem mudar a educação. Eu gostaria de ver, no futuro, o que eu tive. Estudei no segundo grupo de Ferraz de Vasconcelos, fui um exemplo. Naquela época, minha mãe falava: “Se você não estudar direitinho, quando for pro ginásio, vai para uma escola privada”. O medo era ir para a escola privada. Vamos ver se a gente consegue voltar a isso.

Deixei o final para falar do José Adão: aquilo que a gente fez de pedir desculpa à mãe de uma vítima da Polícia naquele momento, a gente fez com muita consciência e faria em qualquer momento, como Comandante Geral da Polícia Militar de São Paulo, eu era responsável por aqueles nove Policiais que foram presos. No mesmo dia em que tomei conhecimento, foram todos expulsos da Polícia Militar de São Paulo.

A Polícia Militar trabalha muito com os direitos humanos, é uma das linhas. Aliás, falando em educação, mudamos a polícia de São Paulo pela educação, que é um sistema de ensino de quatro escolas sequenciais, todas de nível superior, e um das disciplinas, porque isso é transversalizado lá dentro, que tem em todas elas é a disciplina de direitos humanos, em todos seus recortes, recorte do negro, da mulher, do deficiente, das outras raças, inclusive a polícia, nesse aspecto, é muito isenta. Nós temos seis coronéis negros hoje na polícia, temos dois japoneses, temos três mulheres, ou seja, não tem diferenciação nenhuma. Então fico muito à vontade para falar isso.

Isso aconteceu naquele momento, Sr. José Adão, porque era necessário à polícia dizer para a população de São Paulo que essa não é a forma que os policiais são capacitados. E vou mais longe, se todos aqui, como o senhor mesmo falou, se nós conseguirmos melhor essa educação vamos conseguir melhorar esse jovem que um dia decide entrar na polícia para defender o cidadão, inclusive morrer por ele. Então, quanto mais trabalharmos na educação fundamental, melhor.

Eu faço uma sugestão a todos os senhores, vi muito de passagem ao final isso ser falado, precisamos fazer de forma transversalizado o ensino de valores, valores morais, valores éticos, não precisamos ter a aula de moral e cívica que tive, mas poderia ter uma matéria, como exercício de cidadania, alguma coisa desse nível, que a gente incutisse valores nas pessoas.

Da minha parte, foi uma aula aqui para mim, sou professor também, dei aula mais de 13 anos em curso universitário, sei das dificuldades do professor, mas insisto que o nosso

foco, nós professores, funcionários, pais, o foco tem que ser o aluno e o que eu puder colaborar, o que eu puder agregar valor nesse pequeno espaço de tempo que teremos até outubro, contem comigo. Enviem-me o máximo de informações que tenham a respeito para que a gente possa fazer um bom relatório e isso seja bem apreciado pelas outras Comissões por onde isso vai passar. Eu sei que tem muita divergência, tem o plano do Estado, tem o resultado da conferência, tem esse plano feito pelo Governo passado e tem mais o que os senhores estão agregando aqui. Mais uma coisa eu deixo bem claro, 90% pronto é melhor do que 100% nunca terminado, mesmo porque o plano, quem estudo administração, sempre é natimorto, o planejamento é dinâmico, pôs no papel, mas ele já está sendo desatualizado a partir do dia que eu escrevi, mas é uma linha. Então terminem o plano, façam o possível para terminar, coloquem revisões mais antecipadas, se for o caso, mas finalizem esse processo. Não é possível termos um plano sendo discutido aqui desde 2010, esse é o meu primeiro mandato também, estamos em 2013, valendo 2011, como foi falado aqui, até 2020 lá, e a gente ainda não terminou.

Era o que tinha para falar. Estou à disposição, assim como falou o Sr. Presidente, e também estendo isso aos outros Srs. Vereadores, os gabinetes estão abertos aqui para receber as sugestões e vamos agregar valor, melhorar a educação e melhorar a vida das pessoas.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Quero agradecer a presença de vocês, a aula que vocês deram aqui hoje, agradecer ao Vereador Alfredinho, membro da Comissão, Vereador Jean Madeira, da Comissão de Educação, ao Vereador Coronel Camilo, por ter aceito essa relatoria, e agradecer a todos vocês e solicitar que vocês convidem todos os professores para a próxima audiência pública, sábado agora, no Butantã, e as demais. Eu falei em seis, foram oito audiências públicas no total que nós marcamos. Poderá ser discutido outro assunto naquele que está previsto para aquele dia, não tem problema nenhum.

Como nós somos disciplinados em horário, estava marcado das 19h às 21h, então às 21h nós encerramos os nossos trabalhos. Muito obrigado a todos.

Estão encerrados nossos trabalhos.

---